

BRANCOS, NEGROS E MULATOS: ASPECTOS CIENTIFICISTAS DA TIPIFICAÇÃO RACIAL EM *O CORTIÇO* (1890), DE ALUÍSIO AZEVEDO

Paula Regina Siega *

Amanda Santos Alves **

Resumo: com abordagem comparatista, o trabalho aponta para a pretensão científicista do naturalismo europeu, acenando para a sua recepção em *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo. A análise literária considera a integração do romance ao pensamento positivista, ao qual se conjugam as teorias raciais que aqui vingaram. Confrontando a obra com as situações históricas vividas pela população negra e mestiça brasileira, sublinha-se a tipificação racial dos personagens, num enredo voltado à comprovação de teses racistas.

Palavras-chave: Raça; Naturalismo; Positivismo; Literatura Brasileira.

WHITE, BLACK AND MULATTOES: SCIENTIFICISM IN THE RACIAL TYPIIFICATION IN O CORTIÇO, BY ALUÍSIO AZEVEDO

Abstract: with comparative approach, we indicate the European Naturalism's scientific pretension, pointing to its reception in *O Cortiço* (1890), by Aluísio Azevedo. The literary analysis considers the novel's integration to the positivist thinking, to which are connected the racial theories that were here developed. Confronting the novel with historical situations lived by black and mixed people in Brazil, we underline the racial typification of the characters, in a plot that aims to prove racist theses.

Keywords: Race; Naturalism; Positivism; Brazilian Literature.

Acenos ao naturalismo e sua recepção no Brasil

Expressão literária do movimento positivista – que tem entre seus marcos teóricos a publicação do *Curso de filosofia positiva* (1830-42), de Auguste Comte, e *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin, – o naturalismo encontra em Hippolyte Taine um de seus principais teóricos. Com *História da literatura inglesa* (1864) e *Filosofia da arte* (1865), o

* Doutora em Línguas, Culturas e Sociedades pela Universidade de Veneza. Professora Adjunta Visitante na Universidade Estadual de Santa Cruz.

** Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz.

autor faz uma abordagem científica da obra artística, entendendo-a como resultado da interação entre herança biológica, ambiente social e situação histórica, na célebre fórmula que conjuga raça, meio e momento (PELLINI, 2010). No campo das criações literárias, o representante mais conhecido da escola seria Émile Zola. Valendo-se das propostas de Taine e transferindo ao campo da criação estética o método experimental de Claude Bernard – *Introdução ao estudo da medicina experimental* (1859) –, Zola elabora a teoria do *Romance experimental*, em 1880, depois de uma década e meia de prática literária. Tendo consagrado ao público romances como *L'Assomoir* (1877) e manifestado-se, previamente, sobre o que entendia por naturalismo, o escritor sistematiza no ensaio aquilo que experimentara em sua própria atividade de romancista (VÁZQUEZ, 2009).

Citando a obra de Claude Bernard, Zola (1881) diz que em muitas partes de seu texto limita-se a substituir a palavra médico pela de escritor, afirmando que o método experimental conduz tanto ao conhecimento do corpo físico, como das paixões e da inteligência que o animam. Calcado na categorização entre observação (a qual o investigador não interfere nas condições em que ocorre determinado fenômeno) e experimentação (em que a interferência e o controle do investigador, que altera as condições em que se dá o fenômeno), Zola entendia que também na literatura o escritor, inicialmente um observador dos fatos, podia atuar como experimentador. A escritura do romance dar-se-ia, assim, em dois momentos: no primeiro, o observador descreve os fatos conforme os vê, dando o ponto de partida para a história e estabelecendo o terreno sobre o qual os personagens agem e os fenômenos têm lugar; depois, é a vez do experimentador, que move os personagens em uma história particular para demonstrar que a sequência dos eventos se desenvolve tal qual exigida pelas leis que regem os fenômenos. Para esclarecer seu ponto de vista, Zola utiliza como exemplo a figura do Barão Hulot em *Cousine Bette*, explicando que Balzac parte de um fato geral (a devastação que o temperamento amoroso de um homem pode trazer à própria casa, à família e à sociedade) para demonstrar através de uma história particular (*Cousine Bette*) um fenômeno que se reproduz segundo leis sociais e naturais. É o personagem, portanto, o objeto de experimentações – a criação de situações particulares – que têm como objetivo individuar as causas (de origem biológica, moral e social) que determinam o seu comportamento, reproduzível em indivíduos semelhantes, colocados em condições análogas.

A recepção dos escritos de Zola foi determinante para o desenvolvimento da escola naturalista no Brasil. Conforme o estudo de Ferreira da Silva (1999), obras do francês

circulavam aqui já em 1865, primeiro pela importação de jornais, revistas e livros franceses e portugueses e, a partir da década de 1880, traduzido. Foi em 1878, no entanto, com a publicação de *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, que seu nome apareceu no primeiro grande debate crítico acerca do naturalismo, no qual Machado de Assis acusa o português de imitar o francês. Desde então, o naturalismo apareceria com frequência nos embates literários publicados por jornais e revistas (FERREIRA DA SILVA, 1999). A polêmica se acirrou em 1879, com o artigo “A nova geração”, em que Machado critica o cientificismo dos aspirantes a escritores no Brasil. Entre eles estava Silvio Romero que, em 1882, publicou o volume *O naturalismo em literatura*, reclamando o seu papel de divulgador da escola antes que a obra de Zola chegasse ao país, e apontando que, ao grande romancista francês, tinham precedido Taine, Balzac, Stendhal e Flaubert, entre outros¹.

Em 1888, Araripe Junior reuniu em um volume uma série de artigos que tinha publicado no *Jornal da Novidade*, entre fevereiro e abril daquele ano, nominando-o *A terra, de Emile Zola e O homem, de Aluísio Azevedo*. A primeira parte dos escritos é dedicada ao romancista francês e a segunda ao naturalismo brasileiro, do qual destaca *O mulato* (1881). Araripe Junior (1999a, p. 254) vê no segundo romance de Aluísio Azevedo qualidades que fariam do inédito *O cortiço* “segundo todas as probabilidades, um romance nacional, na verdadeira acepção da palavra”, capaz de renovar, com estilo tropical, o naturalismo europeu. Aclimatado ao Brasil, “aonde tudo é extremoso, e extremados os fenômenos; aqui, aonde o homem sensualiza-se até com o contato do ar”, o naturalismo produziria novo estilo:

É esse estilo desprezado pelos rigoristas que justamente me apraz encontrar na mocidade que agora surge no Brasil; e se há um escritor capaz de incorporá-lo a uma literatura nascente, como é a nossa imprimindo-lhe direção salutar, isocrônica e frutificante, esse escritor é o autor d'*O Mulato*, em cujas páginas já encontram-se audácias dignas dos melhores, e que, nos capítulos inéditos d'*O Cortiço*, vai derramando todo o luxuriante tropicalismo desta América do Sul (ARARIPE JUNIOR, 1999b, p. 261).

Vindo à luz em 1890, *O cortiço* foi acompanhado pela publicação de um artigo de Pardal Mallet, que indicava as semelhanças existentes com *L'Assommoir*, numa estrada

¹ Como em outros textos, o livro serve de oportunidade a Silvio Romero para criticar Machado de Assis, com uma série de depreciações que vão cimentando o seu equívoco em relação ao valor literário da obra do escritor. Segundo Schneider (2016), as críticas de Romero residiam um desacordo profundo, que passava por posições políticas e conceituais, além das literárias, embora reconhecesse a densidade literária da obra machadiana.

comparativista que seria batida por outros críticos (FERREIRA DA SILVA, 1999). Entre eles destaca-se Antonio Candido com “De cortiço a cortiço”, artigo escrito em 1970 e reeditado em 1991. O texto aponta para os vários empréstimos temáticos e narrativos que o autor brasileiro faz de *L’Assommoir*, ressaltando, todavia, que o esforço de Aluísio Azevedo em investigar e retratar a realidade que o cerca faz da obra um “texto primeiro” (CANDIDO, 1991, p. 112).²

Tipificação racial

Uma das marcas do naturalismo é a tipificação dos personagens, ou seja, uma configuração do indivíduo como portador de uma série de características pertencentes ao grupo do qual faz parte e do qual seria um exemplo característico. Presente em várias das obras de Aluísio Azevedo, a preocupação com a tipificação é evidenciada no título de seu quinto romance, *Casa de pensão: fatos e tipos* (1884). Como para *Madame de Bovary* (1856), de Flaubert, a inspiração para *Casa de pensão* vem das notícias jornalísticas da época, especificamente, do caso que conquistara a atenção pública como a “Questão Capistrano”³. Em um projeto mais ambicioso, a galeria de tipos representativos da vida social brasileira deveria ser abordada pelo autor em *Brasileiros antigos e modernos*, obra em cinco volumes que Azevedo anunciava em 1885 – *O cortiço*, *A família brasileira*, *O felizardo*, *A loureira* e *A boa preta* –, mas da qual realizaria somente o primeiro (FERREIRA DA SILVA, 1999).

A tipificação é um elemento estruturante d’*O Cortiço*, romance escrito em um momento no qual ocorriam acontecimentos importantes, como a proclamação da república e a abolição da escravatura. Com o tom de crítica social, a obra mostra personagens que devem representar, como tipos exemplares, indivíduos cujas ações são determinadas pela interação entre a herança biológica e o meio. Escolhido o cenário das moradias populares, a multidão

² “Aluísio Azevedo se inspirou evidentemente em *L’Assommoir*, de Emile Zola, para escrever *O Cortiço*, e por muitos aspectos o seu livro é um texto segundo, que tomou de empréstimo não apenas a idéia de descrever a vida do trabalhador pobre no quadro de um cortiço, mas um bom número de motivos e pormenores, mais ou menos importantes. Em ambos sobressaem as lavadeiras e sua faina, inclusive com uma briga homérica entre duas delas. Em ambos um regabofe triunfal serve de ocasião para um encontro de futuros amantes, cujas conseqüências serão decisivas. Em ambos há um policial solene, morador do cortiço, onde é uma espécie de inofensiva caricatura da lei, embora os destinos respectivos sejam muito diferentes” (CANDIDO, 1991, p. 112).

³ Em 1876, a questão ocupava os jornais com o julgamento do jovem Capistrano, acusado do estupro de Júlia, filha de uma dona de pensão; inocentado pela corte, o réu foi assassinado pelo irmão de Júlia, que por sua vez foi absolvido pelo mesmo tribunal (ENNE; SOUZA, 2009).

que o ocupa é formada por mestiços, negros e brancos de baixa renda – donas de casa, lavadeiras, malandros, trabalhadores braçais, operários, vendedores ambulantes e funcionários subalternos do serviço público. Segundo Price (2008), o cortiço é o espaço ideal para que Azevedo, na perspectiva naturalista da experimentação, aborde as relações raciais brasileiras, pois as zonas industriais são então foco de convergência dos retirantes das áreas rurais e dos imigrantes europeus, funcionando como espaço de interação étnica. Nele, movem-se personagens cujas trajetórias são determinadas por ideias pré-concebidas acerca de grupos raciais, colocados para agir em um ambiente considerado propício ao desenvolvimento de certos comportamentos sociais.

Com o fim de verificar as leis de interação, sob clima tropical, entre aquelas que eram consideradas raças fortes e raças fracas, são traçados indivíduos como os portugueses João Romão e Jerônimo, que reagem diversamente ao ambiente, atingindo resultados diametralmente opostos; Bertoleza, a negra que, não obstante o papel de pequena acumuladora livre, vive e morre como escrava; donzelas e senhoras brancas corrompidas por um meio onde predominam negrinhas desbocadas, cocotes francesas e mulatos sensuais quais Rita Baiana ou Firmo. As histórias desses tipos são veículo para, supostamente, denunciar mazelas sociais brasileiras, carregando o cenário de um pessimismo que se propunha a transmitir uma visão menos fantasiosa acerca dos trópicos do que a produzida pelo superado romantismo. De fato, as situações representadas trazem à luz problemáticas discutidas pelas teorias raciais de então, demonstrando o papel de diferenciação social conferido à cor da pele e à “herança biológica”, consideradas como fatores determinantes para as vicissitudes da sociedade brasileira.

Raça forte e raças fracas: mestiçagem como ideologia do genocídio

O mestiço, que é a genuína formação histórica brasileira, ficará só diante do branco puro, com o qual se há de, mais cedo ou mais tarde, confundir.

Silvio Romero – *História da literatura brasileira*

Sendo um movimento literário que tenta aplicar à realidade as conclusões a que chegava o pensamento positivista, em plena ascensão ao final do século XIX, o naturalismo brasileiro também procurou retratar, pela narrativa literária, quadros representativos da vida nacional. A nivelção social de negros, brancos e mestiços no romance de Azevedo reflete algumas das transformações sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1850. Foi a

partir de então que ganhou força o movimento abolicionista com a proibição do tráfico internacional de escravos e a promulgação de decretos que preanunciavam a abolição, quais a garantia legal de restrição ao desmembramento de famílias de escravos para venda (1869), a Lei do Ventre Livre (de 1871) e a Lei dos Sexagenários (1885) (ORSI, 2015).

Embora importantes, as leis não chegaram a provocar melhorias na vida da população negra; ao contrário, a interdição do tráfico negreiro aumentou o fluxo interno de escravos, ocasionando separações familiares, enquanto muitos proprietários burlavam as leis de 1869 e do Ventre Livre declarando, nos atos de venda, que os cativos casados eram solteiros e que as crianças eram órfãs ou filhas de pais desconhecidos (ROSSINI, 2015). Leve-se em conta que a manutenção do filho livre da escrava significava um gasto extra que poucos proprietários se dispunham a fazer. Segundo Darcy Ribeiro (2006, p. 213):

Depois da primeira lei abolicionista – a Lei do Ventre Livre, que liberta o filho da negra escrava – nas áreas de maior concentração da escravaria, os fazendeiros mandavam abandonar nas estradas e nas vilas próximas, as crias de suas negras que, já não sendo coisas suas, não se sentiam mais na obrigação de alimentar. Nos anos seguintes à Lei do Ventre Livre, fundaram-se nas vilas e cidades do Estado de São Paulo dezenas de asilos para acolher essas crianças, atiradas fora pelos fazendeiros.

Perto de 1880, com o movimento abolicionista expandindo-se pelas zonas cafeeiras – onde se concentravam cerca de dois terços da população cativa –, a escravidão foi se transformando em uma “instituição desmoralizada” e a iminência da abolição tornava-se evidente até mesmo para os escravistas (COSTA, 2010, p. 364). Somava-se a essa conjuntura o processo de decadência do patriarcado rural e de afirmação do patriarcado urbano, no qual uma figura intermediária entre senhores e escravos começava a se destacar: a do mulato livre e intelectualizado, muitas vezes bacharel recém tornado da Europa, filho legítimo ou ilegítimo de ricos senhores rurais (FREYRE, 2013). Como observa Ricardo Salles (2011), na segunda metade do século XIX o mulato afirmava-se enquanto categoria do senso comum, substituindo, com o negro, as do preto e do pardo, enquanto que a presença numérica dos libertos contradizia uma elite escravocrata cada vez menor, angariando a atenção da intelectualidade tradicional e produzido, por sua vez, uma nova geração de intelectuais. Seria Aluísio Azevedo, com *O mulato*, em 1881 – como anota Freyre (2013) e reitera Salles (2011) – a retratar literariamente essa realidade, desenvolvendo a tese de que, mesmo dando mostras de superioridade cultural e física – Raimundo, o mulato, era um belo rapaz que desfrutara da melhor

educação na Europa – as condições de atraso econômico e cultural brasileiros impediam a ascensão social do mestiço.

Em 1890, *O cortiço* deu continuidade à temática racial e à discussão acerca do papel do mestiço na formação social brasileira, focalizando, porém, a condição do branco português, a “raça forte”, na sua aclimatação aos trópicos. Cite-se, aqui, a pertinência da crítica de Candido (1991), que detecta, na fórmula do português que vence pela acumulação do capital *versus* o português derrotado pelo meio, o pensamento da elite intelectual, nascida livre, autoproclamada branca, que se ressentia do europeu que trabalhava como o negro a quem não se queria reconhecer direitos. A leitura de Candido parte da análise de um dito da época – “Para português, negro e burro, três pês: pão para comer, pano para vestir, pau para trabalhar” – expor a violência ideológica, destinada para a definição da relação de trabalho em que o homem (o escravo e o imigrante pobre) é equiparado à condição de besta de carga. N’*O cortiço*, essa ideologia se manifesta no velado mal-estar contra o imigrante português que, abaixando-se ao trabalho (que mesmo após a abolição continuou coisa de pretos), vence o meio e consegue conquistar uma posição social superior à do brasileiro de “fino trato”:

Daí a grosseria agressiva da formulação, feita para não deixar dúvidas: eu, brasileiro nato, livre, branco, não posso me confundir com o homem de trabalho bruto, que é escravo e de outra cor; e odeio o português, que trabalha como ele e acaba mais rico e mais importante do que eu, sendo além disso mais branco. Quanto mais ruidosamente eu proclamar os meus débeis privilégios, mais possibilidades terei de ser considerado branco, gente de bem, candidato viável aos benefícios que a Sociedade e o Estado devem reservar aos seus prediletos. [...] Uma espécie de brincadeira grossa de gata-pariu, onde cada um procura desalojar o vizinho e da qual saem sempre expulsos o mais fraco, o menos branco, o que se envolve mais pesadamente no processo de produção. Sórdido jogo, expresso neste e outros *mots d'esprit*, que formam uma espécie de gíria ideológica de classe, com toda a tradicional grosseria da gente fina.

No romance, o retrato da convivência de mulatos e negros com a massa de imigrantes europeus refletia preocupações da intelectualidade com uma camada da população formada por indivíduos contra os quais já não existia a interdição jurídica do escravo e que, uma vez libertos, alcançavam por direito a condição de cidadãos brasileiros, como o fariam as gerações futuras dos imigrantes. O fato colocava não poucos problemas à classe intelectual que se acostumara, a partir do romantismo, a imaginar a nação como produto exclusivo da fusão do português com o indígena. Como classificar, agora, o amplo espectro de cores que formavam a

população brasileira, que passava a ter de admitir como parte do povo e do caráter nacional também os descendentes de africanos?

A adaptação de teorias racistas desenvolvidas na Europa atuou na tentativa de resolver o problema de uma identidade racial impossível em um país de mestiços ou possível somente na medida em que se aceitasse que essa identidade se dava na mestiçagem. Enveredar por essa estrada significava, porém, admitir que se tratava de uma nação na qual mulatos ou pardos poderiam alcançar – e já o faziam – proeminência sobre brancos. Na obra de Azevedo, essa possibilidade já tinha sido negada pelo fim trágico do mulato Raimundo, no romance de 1881, não obstante, naquele mesmo ano, o mulato Machado de Assis comprovasse, com *Brás Cubas*, a sua avassaladora superioridade intelectual sobre um meio que lhe votava amplo reconhecimento. Numa realidade em que a prática contradiz a teoria, mas não é suficiente para desmenti-la, as formulações acerca da inferioridade dos mestiços – entendidos como degeneração da raça forte – eram mantidas, mas, se entrevia solução para o impasse na ideia de que o mestiço poderia evoluir para a condição de branco, diante do clareamento ao longo das gerações. Conservava-se, desta maneira, a certeza da inferioridade do negro, mas salvava-se o orgulho da elite nacional, conferindo-lhe o estatuto de branca, apesar da notória miscigenação de que era fruto.

Antônio Guimarães (2004) afirma que o racismo se fortaleceu enquanto doutrina científica, no Brasil, quando se aproximava a abolição e, com ela, o momento em que se estabeleceria, formalmente, a igualdade política entre cidadãos livres e ex-escravos. Com o aval da ciência, o racismo procurava manter, portanto, a diferenciação social antes garantida pelo aparato jurídico escravocrata. Segundo Antônio Risério (2007, p. 44): “É possível resumir o racismo científico em poucas palavras. Trata-se de um pensamento que entrou em campo afirmando a desigualdade essencial entre raças”, e que teve efeito duradouro.

Nelson Werneck Sodré (1982) coloca em relação direta a ideologia colonialista com a construção da figura do negro e do mestiço pelo discurso dominante, no século XIX. Ao justificar a exploração econômica do africano, tal discurso “demonstrava” que o clima anulava os esforços para o progresso, que o negro era fisiologicamente destinado ao trabalho, enquanto o mestiço, preguiçoso por natureza, herdara as taras da raça inferior: essa rede de preconceitos acerca do meio, do clima e do caráter da população era tramada tanto fora, pelas teorias raciais e pelos relatos dos viajantes que por aqui passavam, como dentro do país, em obras escritas por brasileiros (SODRÉ, 1982). Deste ponto de vista, *O cortiço* pode ser

entendido como um dos nós da trama narrativa tecida pela ideologia colonial: é, certamente, resultado de um esforço de compreensão e interpretação intelectual do Brasil, mas realizado com os instrumentos que a estrutura colonialista lhe proporcionava: o naturalismo e as teorias que reforçavam a imagem do povo europeu como a “raça forte”.

As relações entre racismo e implementação da filosofia europeia liberal no contexto brasileiro do século XIX são analisadas por Thomas Skidmore, em *Preto no branco* (1976). Para o estudioso, o ideário abolicionista tinha origem no liberalismo europeu, em estreita relação com a Revolução Industrial, a urbanização e o desenvolvimento capitalista propiciados pelo progresso científico e tecnológico, enquanto que, no Brasil, o liberalismo se implantava como resultado de uma aspiração intelectual, mais do que por modificações estruturais concretas: “Os brasileiros estavam, então, a aplicar novas ideias num contexto social que não diferia, de maneira significativa, do mundo dos seus avós” (SKIDMORE, 1976, p. 43). Do confronto entre o avanço da Europa e o atraso dos países tropicais, os europeus desenvolveram, para consumo próprio e alheio, a teoria de que tinham conquistado maior progresso econômico devido à superioridade hereditária natural, aliada a condições ambientais favoráveis:

Em resumo, os europeus do Norte eram raças “superiores” e gozavam do “clima” ideal. O que, por certo, implicava em admitir, implicitamente, que raças mais escuras ou climas tropicais nunca seriam capazes de produzir civilizações comparativamente evoluídas. Alguns escritores excluam, de maneira explícita, a viabilidade civilizadora em áreas carentes das referidas condições europeias. Não por coincidência, tal análise era dirigida à área que tinha sucumbido à conquista europeia a partir do século XV: África e América Latina (SKIDMORE, 1976, p. 44).

N’*O cortiço*, as teorias raciais em voga no século XIX estão presentes, particularmente na ideia de que sobre o mestiço (identificado com o “brasileiro”) pesava a herança racial africana e indígena, somada à influência do ambiente tropical, que enfraquecia a saúde e a razão em favor de um estímulo exacerbado dos sentidos. A imagem de uma superioridade racial europeia imputada, também, a um ambiente mais propício ao trabalho e ao progresso, encontra-se representada pela trajetória decadente do português Jerônimo depois de transplantado para os trópicos. Sua integração à sociedade brasileira é acompanhada por um declínio moral e físico que culmina com a transformação do trabalhador metódico em indolente. Sucumbindo à ação do clima e do meio, o europeu

passa a sofrer da mesma lassidão e sensualismo atribuídos aos mulatos e negros com os quais se mistura em serões e rodas de samba que se arrastavam por vários dias.

Fundada sobre a ideia de que nos trópicos as sensações são mais fortes do que a razão, a degeneração do imigrante é marcada pelo domínio progressivo dos sentidos sobre o pensamento e tem como estímulo inicial a escuta do chorinho tocado pelos mulatos Porfírio e Firmo:

E aquela música de fogo doidejava no ar como um aroma quente de plantas brasileiras, em torno das quais se nutrem, girando, moscardos sensuais e besouros venenosos, freneticamente, bêbado do delicioso perfume que os mata de volúpia.

E à viva crepitação da música baiana calaram-se as melancólicas toadas dos de além-mar. Assim a refulgente luz dos trópicos amortece a fresca e doce claridade dos céus da Europa, como se o próprio sol americano, vermelho e esbraseado, viesse, na sua luxúria de sultão, beber a lágrima medrosa da decaída rainha dos mares velhos. (AZEVEDO, 1890, p. 107).

Aguçados pelos sons, os sentidos de Jerônimo se deparam, em seguida, com a visão da mulata Rita Baiana. A música e a mestiça representam, assim, a força subterrânea e irresistível dos trópicos sobre o europeu, agindo como uma espécie de doença inoculada no seu sangue e que abate seu espírito, o qual só se arrefece pela sensualidade do ambiente:

Jerônimo alheou-se da sua guitarra e ficou com as mãos esquecidas sobre as cordas, todo atento para aquela música estranha, que vinha dentro dele continuar uma revolução começada desde a primeira vez em que lhe bateu, em cheio no rosto, como uma bofetada de desafio, a luz deste sol orgulhoso e selvagem, e lhe cantou no ouvido o estribilho da primeira cigarra, e lhe acidulou a garganta o suco da primeira fruta provada nestas terras de brasa, e lhe entonteceu a alma o aroma do primeiro bogary, e lhe transtornou o sangue o cheiro animal da primeira mulher, da primeira mestiça, que junto dele sacudiu as saias e os cabelos (AZEVEDO, 1890, p. 107).

Assim como os sons dos cavaquinhos calam as guitarras do fado e a paixão pela brasileira apaga o amor pela esposa portuguesa, a natureza vigorosa vai diminuindo a lembrança e o sentimento de pertença do imigrante em relação a Portugal. Jerônimo adocece imediatamente após ter escutado a música e assistido à dança da mulata, dando continuidade à sua adaptação irrefreável aos costumes brasileiros, que consumirão a sua antiga força de caráter e o vigor corporal. Antes homem sóbrio e trabalhador incansável, pai responsável e marido exemplar, o personagem adquire os (maus) hábitos da terra, que minam a sua saúde e corrompem o seu espírito, completando uma metamorfose em que as virtudes são suplantadas pelos vícios. Quanto mais Jerônimo “ia caindo nos usos e costumes brasileiros”, uma

transformação se operava: “sua energia afrouxava lentamente”, deixava-se seduzir pela “vida americana e a natureza do Brasil” e “volvia-se preguiçoso, resignando-se, vencido, às imposições do sol e do calor” até que “pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português” (AZEVEDO, 1890, p. 133-134). Por fim,

O português abraçou-se para sempre; fez-se preguiçoso, amigo das extravagâncias e dos abusos, luxurioso e ciumento; fora-se-lhe de vez o espírito da economia e da ordem; perdeu a esperança de enriquecer, e deu-se todo, todo inteiro, à felicidade de possuir a mulata e ser possuído só por ela, só ela, e mais ninguém (AZEVEDO, 1890, p. 192).

A descrição de Azevedo adapta o quadro brasileiro às conclusões de Taine acerca da incompatibilidade entre o clima tropical e as populações de climas temperados, em trecho que analisa a decadência dos ingleses em solo indiano e que foi citado por Silvio Romero na sua *História da literatura brasileira* (1888). Na história de nossas letras, escreve Romero, reproduzia-se a evolução étnica e social que fez com que o sangue português se diluísse em outras feições, a do povo brasileiro, que se distinguia do índio, do africano e também do europeu. Este produto novo era o fruto da mestiçagem em ato, na qual se daria o progressivo desaparecimento das raças “inferiores”, integradas ao sangue português que, por sua vez, ia se modificando de acordo com o clima e com o meio. Essa ideia da mestiçagem, que condensava o ideal de fusão das raças, não acarretava consigo a noção de que o Brasil se tornasse uma “nação de mulatos”, pois no país deveria prevalecer a “forma branca”, favorecida por três fatores: as levas de imigrantes europeus; o desaparecimento dos índios⁴ e o cessar da importação de africanos, com a extinção do tráfico negroiro (ROMERO, 1888). O ideal da mestiçagem, portanto, era admissível somente enquanto prognóstico de branquitude, na qual a raça europeia subjugava o índio e o negro, eliminando-os gradativamente da população. No projeto evolucionista:

Não deve aí haver vencidos e vencedores; o mestiço congraçou as raças e a vitória deve assim ser de todas três. Pela lei da *adaptação*, elas tendem a modificar-se nele, que, por sua vez, pela lei da *concorrência vital*, tende e tende ainda a integrar-se á parte, formando um novo tipo em que há de predominar a ação do branco. (ROMERO, 1888, p. 106).

Conforme assinalado por Candido (1991) e Price (2008, p. 7), a teoria do branqueamento e, com ela, a da superioridade racial dos brancos sobre os negros e mulatos, é

⁴ A política indigenista do século XIX, previa duas alternativas: eliminá-los pela força ou “domesticá-los” para exploração de mão de obra (CARNEIRO DA CUNHA, 1992).

representada, n’*O cortiço* pelo anseio das personagens Bertoleza e Rita Baiana por homens de sangue europeu. Enquanto o topo da sociedade miúda do cortiço admite que mestiços ocupem posições superiores a de muitos brancos – é o caso dos mulatos Alexandre (soldado da polícia), Firmo (oficial de torneiro) e Porfiro (tipógrafo) – na sua base aparecem os negros, cuja inferioridade é delineada pela relação com eles estabelecida por mulatos e portugueses: Porfiro e Firmo caçavam dos “pretos cassanges”, grupo tribal angolano; João Romão, após abusar da negra Bertoleza, decide livrar-se dela, uma vez que a sua presença é empecilho material à sua ascensão social; Jerônimo, ex-colono, desistira da lavoura porque entendera que “tinha que sujeitar-se a emparelhar com os negros escravos e viver com eles no mesmo meio degradante, encurralado como uma besta, sem aspirações, nem futuro, trabalhando eternamente para outro” (AZEVEDO, 1890, p. 75).

O trabalho sem futuro e perpetuamente cedido ao outro, o explorador, é a configuração principal do personagem mais emblemático do romance: Bertoleza. Enganada por João Romão, a escrava que se crê alforriada permanece propriedade do português, servindo-lhe de objeto de abuso sexual, emocional e econômico. Bertoleza é a primeira personagem negra a ser apresentada, sendo descrita como boa mulher, escrava, na faixa dos trinta anos, propriedade de um velho cego de Minas Gerais, mas que vivia em Botafogo, no Rio de Janeiro. Confiando em João Romão, credita-o como procurador, conselheiro e companheiro, enquanto, para ele, passa a representar “o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante” (AZEVEDO, 1890, p. 11). Esteticamente, a Bertoleza são dados somente adjetivos negativos: ressaltando a sua determinação, a lealdade e a força física, o narrador a acosta sempre a situações degradantes, que a expõem enquanto animal de carga maltratado e submisso. Ao longo do romance, a elevação social de João Romão é evidenciada pelo contraste que provoca o rebaixamento da escrava. Enquanto o português desfilava roupas, costumes e pretensões novas,

Bertoleza é que continuava na cepa torta, sempre a mesma crioula suja, sempre atrapalhada de serviço, sem domingo nem dia santo; essa, em nada, em nada absolutamente, participava das novas regalias do amigo; pelo contrário à medida que ele galgava posição social, a desgraçada fazia-se mais e mais escrava e rasteira. João Romão subia e ela ficava cá em baixo, abandonada como uma cavalgadura de que já não precisamos para continuar a viagem. (AZEVEDO, 1890, p. 221).

Haroldo Ceravolo Sereza (2014), em artigo sobre o papel da economia na composição de *O cortiço*, analisa a condição de Bertoleza no romance, bem como de sua posição na economia do

Brasil recém emancipado da escravidão. Para o estudioso, existe entre Romão e Bertoleza uma divisão de trabalho que se sofisticava e renovava ao longo da história, num percurso que vê os dois partirem com o mesmo anseio de integração ao emergente capitalismo nacional. Nesse percurso, porém, somente o português chegará à condição de capitalista, enquanto a escrava – basilar na estrutura do romance como na economia do país – tem a estrada barrada pelo racismo e por uma condição jurídica que lhe será fatal. Sereza (2014) observa que, inicialmente, Bertoleza está economicamente melhor do que Romão, que nela vê uma potencialidade de lucro, e de que é através do concubinato que inicia a ascensão do vendeiro, sustentado pela estagnação social de Bertoleza. Na fraude de que é vítima a mulher, revela-se ao leitor o comportamento criminoso de Romão, base da sua acumulação de riquezas: se o vendeiro e a quituteira trabalham juntos no início do romance, somente ela continuará na condição de trabalhadora braçal, da qual se afasta o português; ao final, a condecoração de Romão como abolicionista demonstra que não é o trabalho que faz o capitalista, mas a acumulação criminosa de capital que a ideologia, através do capital simbólico, conseguirá esconder. Por fim, se o suicídio de Bertoleza é a única saída encontrada pelo personagem, a sua falsa alforria “merece ser lida como uma alegoria da lei assinada pela princesa Isabel, dois anos antes da publicação de *O cortiço*. Estamos diante de um documento forjado, assim como era ‘falsa’, ou ao menos precária, a liberdade concedida pelo Império” (SEREZA, 2014, p. 194).

Somos concordes com Sereza (2014) ao considerar que a configuração da relação entre Romão e Bertoleza traduz a estrutura das relações econômicas da ex-colônia, fundada na divisão de trabalho, na alienação do capital e na exclusão social da classe então mais explorada da população brasileira: a dos negros, libertos juridicamente, mas escravos de fato na realidade do país. O desejo de Romão em eliminar Bertoleza – nódoa que macula o seu processo de ascensão social, lembrando-lhe constantemente de que sua fortuna se construíra sobre o suor da escrava –, representa, por outro lado, a vontade homicida da elite nacional. Esta, com seus projetos e teorias de branqueamento, esperava na eliminação “natural” (por doenças, miséria e violência) de uma fatia da humanidade considerada inferior física e moralmente. Humanidade da qual se servira como mão de obra gratuita para a construção da nação, mas com a qual não tinha interesse em compartilhar os direitos de igualdade que o estatuto de população livre conferia aos negros.

Entre os dois polos do país, o branco abastado (representado pelo português) e o negro excluído (representado por Bertoleza), colocava-se uma multidão de mestiços que ascendiam a postos melhores, sendo já identificados como “brasileiros” por excelência, mas sobre os quais pesava a estigma de “mulatos”. Era somente com a condição de clareamento que, no

projeto genocida da nação, os mestiços suplantariam o branco, “tomando-lhe a cor e a preponderância” (ROMERO, 1888, p. 61). Essa era a única redenção possível para as “raças fracas”: constituir, de forma diluída e pagando o preço da própria extinção, a futura raça brasileira. No fim trágico de Bertoleza, portanto, pode-se perceber o olhar fatalista sobre os povos para os quais, na planificação racial da nação, não existiria lugar. Partícipe e reprodutor da ideologia colonialista que concede ao europeu o estatuto de “raça forte”, *O cortiço*, por outro lado, faz uma denúncia contra a raça que afirmara a própria superioridade pela força, esmagando com violência aquelas das quais se servira no seu processo “evolutivo”.

Referências

ARARIPE JUNIOR. Aluísio Azevedo. O romance no Brasil. In: FERREIRA DA SILVA, Eduardo Cesar. *A recepção de Émile Zola no Brasil: textos e notas para um estudo de recepção crítica*. 1999. 414 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999a. p. 254-259. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81364>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. Estilo Tropical. A fórmula do naturalismo brasileiro. In: FERREIRA DA SILVA, Eduardo Cesar. *A recepção de Émile Zola no Brasil: textos e notas para um estudo de recepção crítica*. 1999. 414 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999b. p. 259-263. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81364>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

AZEVEDO, Aluísio. *Casa de pensão: tipos e fatos*. Rio de Janeiro: Faro & Lino, 1884. (Versão eletrônica da edição original disponibilizada pela Biblioteca Brasileira Digital – USP).

_____. *O cortiço*. Rio de Janeiro: Garnier, 1890. (Versão eletrônica da edição original disponibilizada pela Biblioteca Brasileira Digital – USP)

_____. *O mulato*. Maranhão: Tipografia do País, 1881. (Versão eletrônica da edição original disponibilizada pela Biblioteca Brasileira Digital – USP)

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. *Novos Estudos CEBRAP*, N° 30, julho de 1991, p. 111-129. Disponível em: <http://www.casdvest.org.br/pcasd%2Fuploads%2Ftassio%2FAn%E1lises%2F20080624_de_cortico_a_cortico.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. Política indigenista no séc. XIX. In: ____ (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 133-155.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 2010.

ENNE, Ana Lucia; SOUZA, Bruno Thebaldi de. O “Caso Capistrano” e o romance Casa de Pensão, de Aluísio Azevedo: algumas reflexões sobre ficção literária e ficção jornalística. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 204-216, dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/2652/1692>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

FERREIRA DA SILVA, Eduardo Cesar. *A recepção de Émile Zola no Brasil: textos e notas para um estudo de recepção crítica*. 1999. 414 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81364>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2013. (Edição digital).

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Rev. Antropol.*, 2004, vol.47, no.1, p. 9-43.

ORSI, Carlos. O canto do cisne da escravidão. *Jornal da Unicamp*, Campinas, p. 5, 21-27 set. 2015. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_638_paginacor_05_web.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

PELLINI, Pierluigi. *Naturalismo e verismo: Zola, Verga e la poética del romanzo*. Milão: Mondadori, 2010.

PRICE, Brian L. (Miscege)nación en O cortiço. *TRANS-[en ligne]*, Paris, nº5, p. 1-11, 2008. Disponível em: <<http://trans.revues.org/239#text>>. Acesso: 13 jul. 2016.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

RISÉRIO, Antônio. *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo: Ed. 34, 2007.

ROMERO, Silvio. *O naturalismo em literatura*. São Paulo: Tipografia da Província de São Paulo, 1882. (Versão eletrônica da edição original disponibilizada pela Biblioteca Brasileira Digital – USP)

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Tomo primeiro (1500-1830. Rio de Janeiro: Garnier, 1888. (Versão eletrônica da edição original disponibilizada pela Biblioteca Brasileira Digital – USP)

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. *A dinâmica do tráfico interno de escravos na franja da economia cafeeira paulista (1861-1887)*. 2015. 413 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000952320&opt=4>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). *Revista de Índias*, Espanha, vol. LXXI, núm. 251, p. 259-284, 2011. Disponível em: <<http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/download/860/932>>. Acesso: 26 jun. 2016.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Sílvia Romero e Machado de Assis: leituras e dissensos do fim do Oitocentos. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, v. 2, n. 2, p. 49-67, 2016. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. O cortiço, romance econômico. *Novos estudos*, Cebrap, n. 98, p. 185-200, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n98/10.pdf>>. Acesso: 13 jul. 2016.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. RJ: Paz e Terra, 1976.

VÁZQUEZ, Adolfo Sotelo. En torno al personaje novelesco: Emile Zola y Leopoldo Alas “Clarín”. In: ALFANI, Maria Rosaria; BIANCHI, Patrizia; DISEGNI, Silvia (Org.). *La scrittura delle passioni: scienza e narrazione nel naturalismo europeo*. Nápoles: Associazione Marchese Editore, 2009. p. 41-53.

ZOLA, Émile. *Le roman experimental*. Paris: G. Charpentier, 1881. (Versão eletrônica da edição original disponibilizada pela Biblioteca Nacional Francesa).